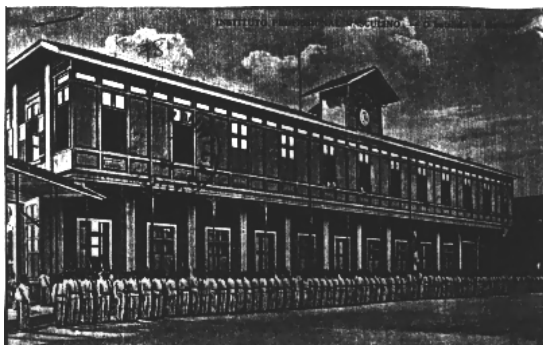


ASYLO DOS MENINOS DESVALIDOS – AMD



1 - ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

1.1	Código de Referência	BR UFRJ FE PROEDES AMD
1.2	Título	ASYLO DOS MENINOS DESVALIDOS
1.3	Data de produção	1874 – 1955
1.4	Nível de descrição	Fundo
1.5	Dimensão e suporte	Documentação Textual – 12 m

2 - ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1	Nome do Produtor	Asylo de Meninos Desvalidos (1875-1984) Instituto Profissional (1894-1898) Instituto Profissional Masculino (1898-1910) Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933) Escola Secundária Técnica João Alfredo, 1933-1934; Escola Técnica Secundária João Alfredo (1934-1956) Colégio Estadual João Alfredo(1957 – atual).
2.2	Historia Administrativa / Biografia	<p>O Asylo dos Meninos Desvalidos foi criado em 1875 com o objetivo precípua de dar assistência à infância desvalida, principalmente, meninos órfãos de pai e/ou mãe que não tinham quem os sustentasse e garantisse a continuidade dos estudos. Localizado em Vila Isabel, no Rio de Janeiro, essa Instituição passou por diversas denominações ao longo de sua história — Instituto Profissional (1894-1898), Instituto Profissional Masculino (1898-1910), Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933), Escola Secundária Técnica João Alfredo (1933-1934) e Escola Técnica Secundária João Alfredo (1934-1956), atualmente, Colégio Estadual João Alfredo. Essas denominações diferenciadas no decorrer dos anos correspondeu às mudanças estruturais pelas quais passou esse estabelecimento.</p> <p>A procura pela Instituição era feita, em geral, por pessoas extremamente pobres que não tinham meios para manter a si mesmas e aos filhos. Assim, por meio de pedidos de admissão ao Asylo e da permanência desses alunos naquele internato é que foi possível reconstituir, através da documentação remanescente, aspectos da realidade social da época (último quartel do século XIX até 1956) e a visão educacional voltada para a formação de uma mão-de-obra especializada.</p>
2.3	História Arquivística	<p>As fontes que compõem o acervo abrangem o período que se estende de 1874, quando aparecem os primeiros documentos, até 1996, ano em que é defendida a segunda dissertação de Mestrado, analisando a história do Asylo.</p> <p>Este Arquivo foi doado à Faculdade de Educação/UFRJ, em resposta ao pedido do diretor dessa Faculdade à diretora do Colégio João Alfredo, ficando sob a guarda do PROEDES (na época ainda “Projeto Integrado Estudos e Documentação, Educação e Sociedade”). A referida solicitação teve por base a importância desse arquivo para a história da educação brasileira e as informações sobre o estado de conservação precário em que se encontrava o acervo, fato confirmado pela direção do Colégio no Ofício nº 54/90, de 27/08/1990, em resposta ao diretor da Faculdade, quando assinala: “Urge fazermos essa doação, tendo em vista a precariedade de nossas instalações e a inexistência de órgão estadual que a proteja adequadamente”.</p>
2.4	Procedência	Doação feita pelo Colégio Estadual João Alfredo, na pessoa da então Diretora Maria Regina Carvalho de Paula, pelo ofício nº 54/90 de 27/08/1990.

3 - ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

3.1 Âmbito e conteúdo

De forma geral, os documentos se caracterizam por uma homogeneidade quanto às informações, obedecendo praticamente a um padrão geral. Em se tratando de documentos recorrentes, destacamos as requisições de admissão, solicitando a entrada do menor na Instituição. Geralmente tais requisições eram redigidas por pessoas proeminentes que faziam a solicitação em lugar dos responsáveis, pois, na maioria dos casos, eram analfabetos. Tais solicitações eram dirigidas à Sua Majestade Imperial, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ou ao próprio Diretor do Asylo.

Seguem-se os atestados de pobreza, documentos emitidos pelos vigários da freguesia onde morava o requerente ou pelo subdelegado da mesma freguesia. Nos dois casos, tais documentos tinham a função de comprovar, pelo testemunho das autoridades referidas, o grau de indigência e miséria das pessoas que solicitavam uma vaga para o filho no Instituto. Outro documento exigido pela Direção do Estabelecimento era a certidão de batismo (mais tarde certidão de nascimento), geralmente emitida pela Paróquia onde o menor foi registrado, ou a justificação de idade, expedida pelo cartório de registros civis. Ambos comprovavam a idade do menor para que este pudesse ser aceito ou não como aluno. No caso específico da certidão de batismo, era possível identificar se o menor estava registrado como pessoa livre, como filho de escravo, ou de ex-escravo.

No final do século XIX e princípio do século XX, a incidência de doenças como a varíola e tuberculose atingiam grande contingente populacional na cidade do Rio de Janeiro. O atestado de saúde e, principalmente, o atestado de vacina, emitido pelo Instituto Vaticínio do Império e posteriormente, no período republicano, pelo próprio Município, funcionava então como critério para a entrada de crianças saudáveis no Internato.

Podemos encontrar ainda certidões de óbito do pai ou da mãe juntamente com toda essa documentação, para atestar irrefutavelmente a condição de desamparo na qual o menor se encontrava.

Além desses documentos, há outros igualmente importantes que merecem destaque especial, apesar de sua quantidade reduzida, por revelar indícios que permitem captar alguns aspectos não somente do Asylo, mas da própria sociedade do Rio de Janeiro naqueles anos. Os documentos são respectivamente: as cartas de alforria e/ou declaração de bens em que o escravo, geralmente pai/mãe ou o próprio menor, tinha a liberdade assegurada após a morte do proprietário. Além desses, há bilhetes de recomendação ou cartão personalizado, quase sempre de pessoas influentes na sociedade, como o jornalista José do Patrocínio, recomendando a admissão de um determinado menor em caráter especial, como também declarações emitidas por militares comprovando a participação de ex-combatentes e condecorados na Guerra do Paraguai.

Na primeira década deste século, já encontramos documentos de outros colégios e escolas informando a passagem do aluno por essas instituições, acrescentando mais dados registrados sobre sua educação, bem como o histórico escolar dos menores.

Complementando a documentação acima, o arquivo possui as folhas do livro de ofício recebidas e expedidas em 1875, anexadas ao livro de Atas de Exames e Termos de Promoções de 1926, contendo os registros até 1940. Livros de Ofícios recebidos dos anos 1914 a 1917, e de 1922 a 1930. Livros de Ofícios expedidos referentes aos anos 1927 e 1930; 1935 a 1942 e o livro com a relação de professores e fichas correspondentes ao histórico dos docentes da Instituição de 1935 a 1953. Integram ainda o acervo duas dissertações sobre a história dessa instituição, defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, em 1994 e 1996.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

Por serem recorrentes, os documentos foram organizados em ordem cronológica e, dentro desta, a alfabética; assim, os dossiês dos alunos estão dispostos pelo ano de ingresso na instituição e distribuídos em pastas ordenadas alfabeticamente. Foi respeitada a sequência de documentos encontrados em cada dossiê.

4 - ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

- | | | |
|-----|---|---|
| 4.1 | Condição de acesso | Não há restrições de acesso aos documentos. |
| 4.2 | Condições de reprodução | É permitido o uso de máquina digital sem flash para fotografar os documentos e imagens. |
| 4.3 | Idioma | Português |
| 4.4 | Características físicas e requisitos técnicos | |
| 4.5 | Instrumentos de pesquisa | Inventário - Em fase de atualização e revisão. |

5 - ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

- | | |
|-----|---------------------------------------|
| 5.1 | Existência e localização de originais |
| 5.2 | Existência e localizações de cópias |
| 5.3 | Unidades de descrição relacionadas |
| 5.4 | Nota sobre publicação |

6 - ÁREA DE NOTAS

- | | |
|-----|-------------------------|
| 6.1 | Notas sobre conservação |
| 6.2 | Notas gerais |

7 - ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

- | | | |
|-----|---------------------------------|---|
| 7.1 | Nota do arquivista | |
| 7.2 | Regras ou convenções | CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p. |
| 7.3 | Responsável da descrição / data | Equipe do PROEDES
Atualizado por: Raquel Dias Silva Reis
Descrição Inicial: 17/08/2009 Última revisão: 28/05/2010 |
| 7.4 | Crédito | Responsáveis pela primeira organização do acervo: Professora Helena Ibiapina Lima, Daniel de Faria Simões, Flavio Antonio de Souza França, Mônica Magalhães (bolsistas IC/CNPq), Jucinato da Sequeira Marques Luiz Carlos Barreto Lopes, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. |
| 7.5 | Agradecimentos | Professora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero |

8 - ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

- | | | |
|-----|--|--|
| 8.1 | Pontos de acesso e indexação de assuntos | Educação Brasileira; Infância Desvalida; Internato; Ensino Secundário. |
|-----|--|--|